

PROJETO INSTITUTO DE ESTUDO DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL – SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB-MG): Gerando impacto sócio-econômico.

Tema relacionado: Terceiro setor

Empresa: UFMG Consultoria Júnior

Autoria: Rubem Mafra

Resumo

O projeto IEPTB-MG foi um projeto desafiante para a UFMG Consultoria Júnior, pois propunha algo novo dentre os portfólios realizados pela empresa. O projeto consistia em analisar a então tabela de emolumentos dos cartórios de Protesto de Títulos e propor soluções para as distorções encontradas. Por se tratar de algo novo, a equipe envolvida precisou de uma união forte, determinação e disciplina para cumprir o planejado. O projeto também desenvolveu o lado estatístico nos consultores de forma aguçada, exigindo mais do que o comum dos membros da Empresa Júnior. Mesmo com todos esses condicionantes, a equipe superou e conseguiu deixar um legado importante para a sociedade mineira. A fundamentação estatística conseguiu comprovar e alterar a tabela, criando uma mais eficiente, aprovada em lei. A nova tabela, desenvolvida pela UCJ, entrou em vigor em Janeiro de 2013. Este projeto mostrou a força dos alunos que atuam nas empresas juniores.

Introdução

O IEPTB-MG é uma instituição sem fins lucrativos que visa entender e estimular o uso dos cartórios de títulos em Minas Gerais. Hoje referidos cartórios abrangem todas as serventias do Estado, mostrando o impacto das ações por eles desenvolvidas nos quatro cantos de Minas.

O Instituto percebeu que ao longo do tempo a tabela por eles utilizada para cobrar os emolumentos e as taxas vinha causando distorções. Para embasar essa percepção, a Diretoria procurou a UCJ para que fosse feito um estudo técnico a respeito da tabela. Nas reuniões de diagnóstico, percebeu-se que o desenvolvimento do projeto compreendia duas etapas: a primeira seria um estudo da tabela e do banco de dados de protesto de títulos fornecido para comprovar as distorções já detectadas pelos integrantes da banca diretora e a segunda seria de reformular a tabela propondo uma que facilitasse e democratizasse o acesso ao serviço.

O protesto de títulos é caracterizado por ser uma forma alternativa à justiça, para que credores cobrem devedores. Ao protestar um título, o credor paga os valores previstos na tabela para o cartório e, caso o devedor pague a dívida,

este valor é ressarcido ao credor. No final da ação, quem acaba por pagar as taxas é o devedor.

A Tabela em si é composta de duas partes: a primeira, dividida em faixas – originalmente 11 - de valores, que representam os valores dos títulos, e a segunda com os valores de taxas e emolumentos a serem pagos. A Tabela é reajustada anualmente, porém apenas na parte de taxas e emolumentos.

Ao fim das etapas de negociação, a UCJ, percebendo a necessidade do Instituto, propôs um escopo de atuação personalizado, que abarcaria as partes já mencionadas. As etapas planejadas para o projeto estimulariam a análise crítica dos consultores, algo essencial para o bom desempenho do projeto sob a perspectiva da empresa júnior. A principal premissa adotada era de que a nova tabela tivesse uma distribuição entre as faixas de forma mais equitativa. A justificativa para tal premissa era de que o ato de protestar um título deveria estar disponível para todos e, na tabela utilizada até então, nas faixas de menor valor, pagava-se em torno de 25% do valor do título protestado, enquanto que nas maiores obtinha-se a proporção de menos de 5%. Dessa forma, muitas pessoas deixariam de buscar o protesto pois estaria muito caro. O projeto tinha

como objetivo final reverter esta tendência, permitindo o uso do protesto de títulos por um maior número de credores.

Desenvolvimento

1. Estudo da tabela:

Foi decidido que na primeira parte do projeto o objetivo seria uma compreensão mais holística da tabela de emolumentos. Os consultores da UCJ se preocuparam em entender as peculiaridades da tabela. O IEPTB deu total suporte ao explicar como funcionava a tabela e quais eram as suas percepções de forma empírica, pois os integrantes de sua diretoria são tabellhões.

A tabela do estado de Minas Gerais foi comparada a diversas outras tabelas da região Sudeste e Sul do Brasil. O motivo para tal comparação era de que poderiam já serem percebidas formas de alterar a tabela. Todas as relações feitas na tabela de Minas foram reproduzidas nas tabelas que foram comparadas a fundo. Com isso, foi obtido insumo para ver onde se encontravam os maiores problemas, ou pontos críticos, da tabela.

Ao final desta etapa, os consultores apresentaram para o Instituto as conclusões feitas com base no estudo da tabela. Foram expostas todas as distorções encontradas, sendo que a mais gritante era o percentual que os emolumentos cobriam dos valores dos títulos. Ademais, foi demonstrado como a tabela era restritiva em termos da quantidade de faixas, uma vez que existem estados com mais de 50 faixas, enquanto a de Minas tinha apenas 11. Todos esses fatores contribuíram para que fosse comprovado tecnicamente o sentimento que vinha dos balcões dos cartórios.

2. Análise quantitativa da atual demanda:

Foi fornecido à equipe do projeto um banco de dados desde 2002 até 2011 para que fosse estudado o comportamento da demanda. Foi neste momento que a equipe da UCJ foi mais desafiada. A parte anterior era a parte introdutória e tínhamos um apoio mais forte do Instituto para nos auxiliar.

Para começar a analisar os dados, foi buscada a ajuda e orientação de professores da UFMG, da área de estatística. A determinação dos membros da Empresa Júnior em conseguir um apoio e, portanto, fundamentar bem as análises, fez com que todos os contatos fossem exauridos, garantindo um direcionamento eficaz.

Para tais análises, foram utilizadas as ferramentas disponíveis e com as diretrizes adequadas, dos dados foram extraídos os pontos chave para a solução de gargalos. De estatísticas descritivas a regressões econométricas, tudo ao alcance dos alunos que buscaram este conhecimento foi utilizado para que se atingisse os resultados mais assertivos possíveis. Como se pode perceber nos anexos, na tabela antiga, a frequência de títulos na primeira faixa é quase nula, justamente a faixa com a proporção elevada de 25% do emolumento sobre o valor de face da dívida a ser cobrada.

3. Reformulação da tabela:

De posse das análises estatísticas e também das comparações das tabelas entre os estados, a equipe se concentrou em propor soluções para o problema encontrado. Nesta etapa foi exigido que as informações obtidas entrassem em sintonia com as ideias, premissas e objetivos elaborados pelo IEPTB. Como mencionado anteriormente, o principal dilema era reorganizar a tabela de forma a tirar o alto valor a ser pago. Como o fluxo de informações conseguiu ser mantido por toda a equipe, chegou-se a conclusão de que a melhor saída seria redividir as primeiras faixas e adaptar os valores pagos para que fosse possível este acesso.

Primeiramente, foi proposta uma divisão da tabela em 24 faixas, aumentando assim em 13 faixas a tabela original. Os preços a serem pagos também foram recalculados de acordo com a proporção entre o emolumento a ser pago e o valor máximo da faixa, para que houvesse uma homogeneidade nos valores.

A proposta passou pela diretoria do Instituto e eles aprovaram, afinal, a fundamentação técnica era muito confiável. A única mudança feita antes de levar a proposta à Assembléia Legislativa foi juntar as duas primeiras faixas em uma, finalizando a tabela em 23 faixas. A justificativa era de que o valor inicial era ineficiente para cobrir custos mínimos, daí a mescla das células.

Ao final da etapa foi entregue uma proposta de nova tabela, baseada em um estudo técnico, pronta para ser anexada à proposta de lei número 20.379. Após a aprovação do legislativo estadual, a lei entrou em vigor no dia primeiro de Janeiro de 2013, abrangendo todo o estado de Minas Gerais.

4. Projeção dos impactos da tabela:

Para concluir este projeto desafiante para os alunos da FaCE (Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG), os consultores fizeram uma projeção de, caso as premissas sejam cumpridas, como ficaria a distribuição nova, vide anexo. A mudança estrutural provocada pelo acréscimo de faixas dividiu de uma forma mais igualitária e equitativa os títulos, além de proporcionar uma utilização por parte do público com títulos de baixos valores. O resultado sócio-econômico será visível ao longo do tempo, quando estarão disponíveis dados das serventias e poderá ser feita uma análise histórica de como títulos pequenos puderam ser protestados.

A projeção feita pelos membros da empresa júnior também tem a finalidade de justificar todas as mudanças feitas. Ela serve para que seja visto de forma mais objetiva e clara como ficarão distribuídas as frequências e também qual o impacto em termos de entrada de títulos que pode proporcionar.

Após a conclusão desta projeção de dados a equipe elaborou um relatório final no qual estavam presentes todos os documentos elaborados ao longo do projeto, inclusive com todas as análises feitas em seu decorrer, ampliando a base de conhecimento dos envolvidos. A entrega do relatório final representou o fim da execução de um projeto exitoso, no qual os objetivos traçados desde o começo foram alcançados, por parte do IEPTB-MG, e foram desenvolvidas novas capacidades e habilidades nos graduandos que participaram do projeto como consultores.

Resultados

O propósito do projeto era que as faixas iniciais do protesto de títulos não fossem tão onerosas para a população, portanto o projeto se propunha a mudar este fato. O que aconteceu é que conseguimos criar uma nova tabela que teria uma distribuição muito mais equitativa beneficiando a população de modo geral. As faixas

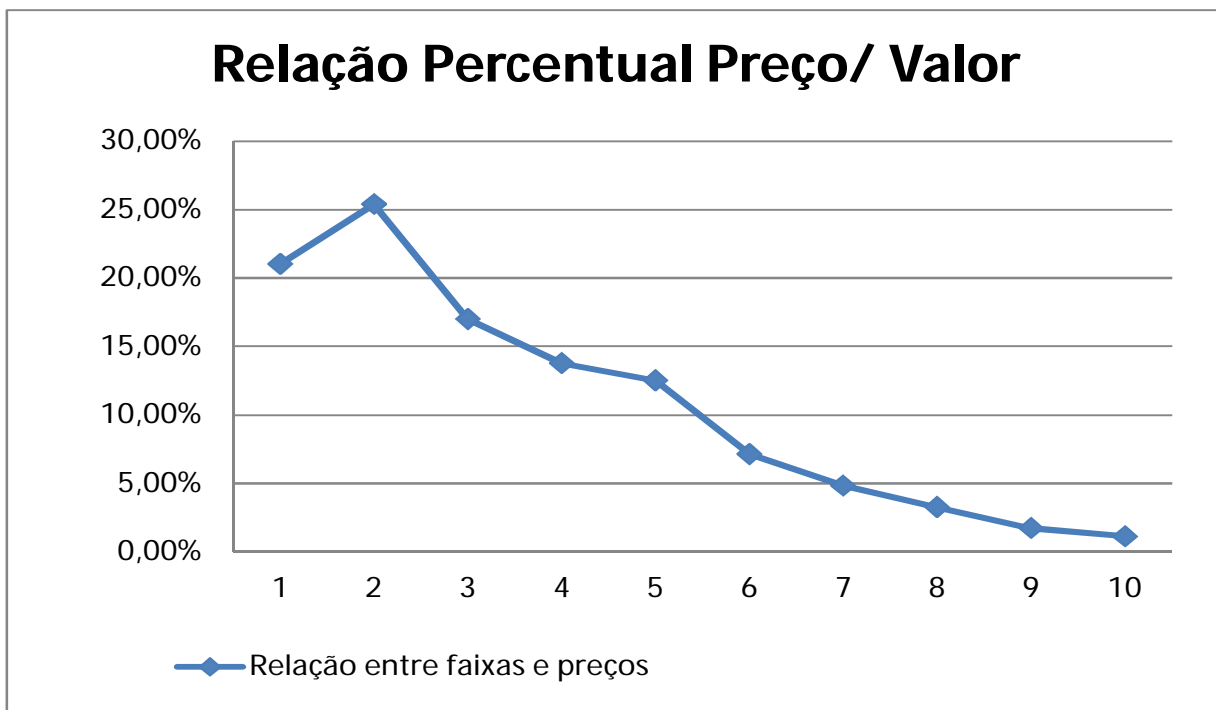
iniciais foram destrinchadas em duas ou mais cada, além disso os valores dos emolumentos e taxas pagas foram revisados para baixo, de modo que, em relação ao valor do título, se tornassem valores razoáveis.

A nova tabela tem 23 faixas, contrapondo-se às 11 faixas da tabela anterior. Dessa forma, pode-se distribuir de forma mais igualitaria os títulos entre as faixas, reduzindo a concentração nas faixas intermediárias e aumentando o acesso ao protesto. O protesto de títulos, acima de tudo, tem um cunho social de proporcionar ao público uma forma mais rápida e menos burocrática dos credores cobrarem seus devedores.

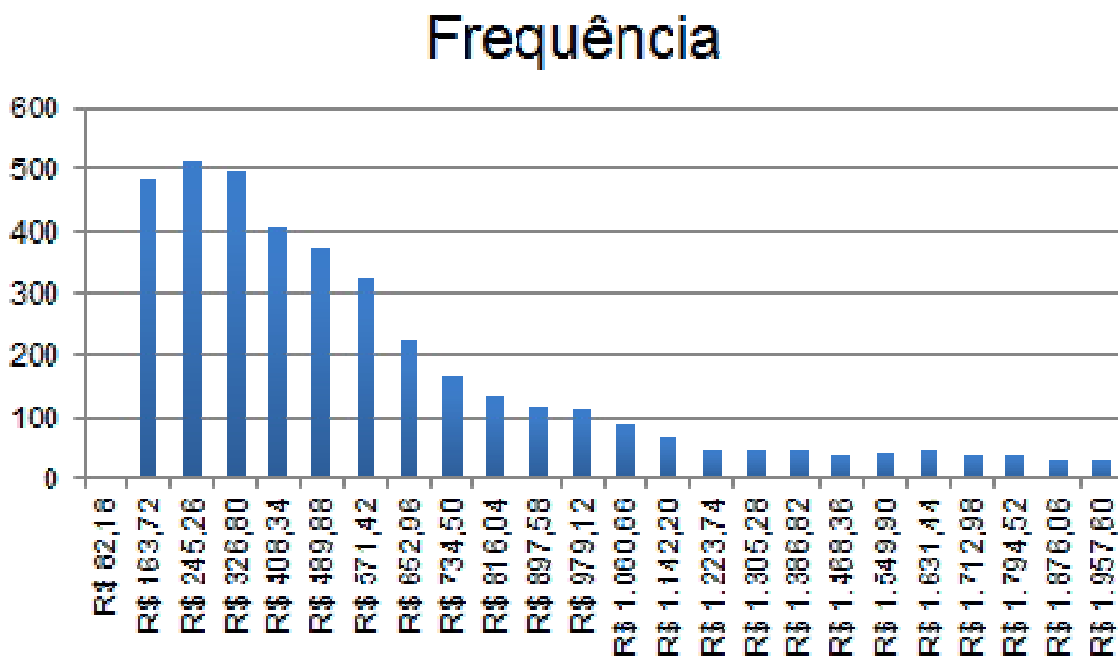
Como ápice de resultado do projeto, o IEPTB-MG entrou com um projeto de lei na Assembleia Legislativa para que fosse alterada a tabela. O projeto ganhou adesão de vários deputados estaduais e acabou sendo aprovado no final do ano de 2012, entrando em vigor efetivamente no dia 1º de Janeiro de 2013. Pelo fato da lei ser estadual, nós da UCJ, acreditamos que o impacto sócio-econômico do projeto foi de um alcance extraordinário. O estudo técnico feito pelos consultores serviu de base para que se pudesse alterar uma lei estadual e com isso facilitar o acesso a um serviço público de grande valia. Como a tabela é válida em todo o estado, conseguimos impactar não só a região onde atuamos, mas toda Minas Gerais.

A UFMG Consultoria Júnior tem o propósito de, através da consultoria empresarial, desenvolver seus membros. Este projeto atingiu isso com excelência, ao estimular na equipe responsável pela execução diversas áreas cognitivas, como análise crítica, desenvoltura com ferramentas estatísticas, manejo de banco de dados, além de uma visão sistêmica a respeito da finalidade a ser alcançada. Trabalho em equipe, determinação, harmonia e criatividade também se destacaram como evoluções nos consultores.

Anexos



Anexo 1 - Proporção emolumento pago/valor do título

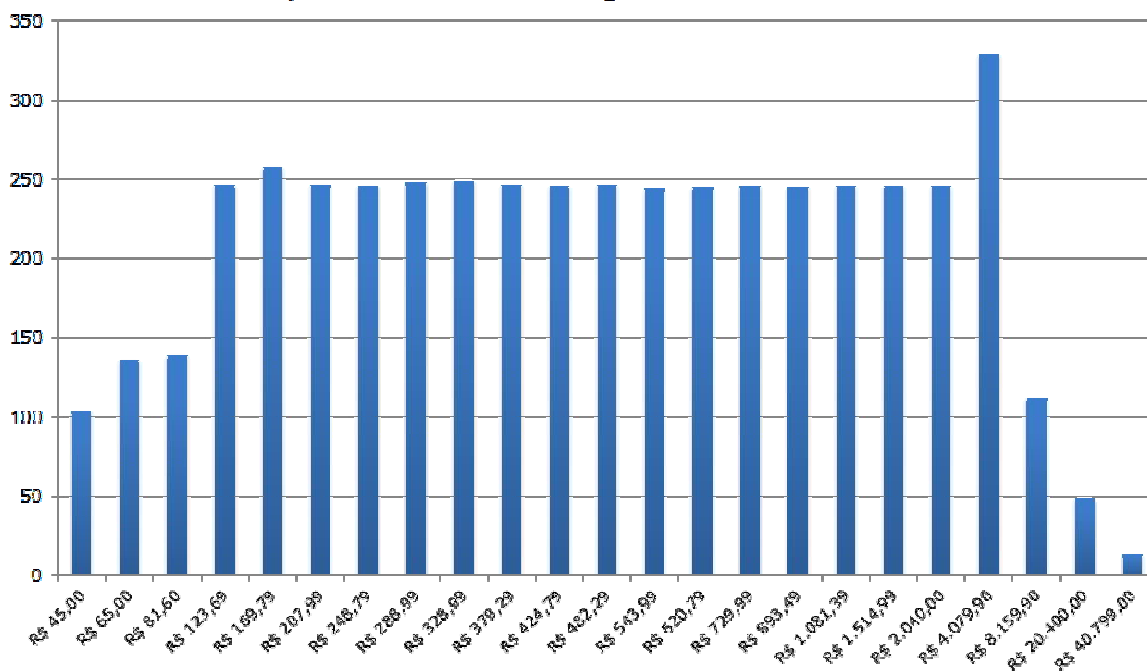


Anexo 2 - Frequência dos títulos por faixa

FAIXAS (1 a 12)		FAIXAS (13 a 24)	
VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
R\$ 0,00	R\$ 45,00	R\$ 482,30	R\$ 543,99
R\$ 45,01	R\$ 65,00	R\$ 544,00	R\$ 620,79
R\$ 65,01	R\$ 81,60	R\$ 620,80	R\$ 729,99
R\$ 81,60	R\$ 123,69	R\$ 730,00	R\$ 893,49
R\$ 127,00	R\$ 169,79	R\$ 893,50	R\$ 1081,39
R\$ 169,80	R\$ 207,99	R\$ 1081,40	R\$ 1514,99
R\$ 208,00	R\$ 248,79	R\$ 1515,00	R\$ 2040,00
R\$ 248,80	R\$ 288,99	R\$ 2040,01	R\$ 4079,90
R\$ 289,00	R\$ 328,99	R\$ 4079,91	R\$ 8159,90
R\$ 329,00	R\$ 379,29	R\$ 8159,91	R\$ 20400,00
R\$ 379,30	R\$ 424,79	R\$ 20400,01	R\$ 40799,00
R\$ 424,80	R\$ 482,29	Acima de R\$ 40799,01...	

Anexo 3 - Faixas propostas

Frequência de Títulos segundo as novas faixas



Anexo 4 - Frequência prevista